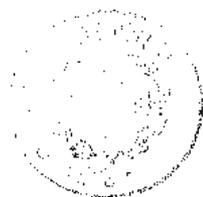


ISABEL MARGARIDA TEIXEIRA DIAS DE BESSA GARCIA

A ARQUITECTURA DE RAIZ CLÁSSICA NO VALE DO SOUSA



Dissertação de mestrado, apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra para obtenção do grau de mestre
em História da Arte sob orientação do Prof.
Doutor Pedro Dias

Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras
Coimbra
2001

1. INTRODUÇÃO

A necessidade imperiosa de fixar limites geográficos para a realização de um trabalho de investigação constitui, na maioria das vezes, um quebra-cabeças, sobretudo quando o período cronológico que se estuda corresponde a um tempo *longo*, por isso mesmo não espartilhado por nomenclaturas estilísticas, antes captado nas permanências, na criação de estereótipos arquitectónicos que se repetem e repetem, aliás de acordo com uma pura atitude maneirista, e que, indelevelmente, se arrastam no tempo, integrados pelas rigorosas directrizes tridentinas. É nesta linha *longa* de continuidade arquitectónica que deparamos com a arquitectura das terras de Sousa e, nesse contexto, embatemos frontalmente com uma ideia de “clássico”, de “romano”, aí veementemente expressa. Este classicismo, coetâneo dos preceitos maneiristas, angariou contributos de tais preceitos numa interessante concatenação criativa, a qual, por seu turno, viria ainda a expandir-se mais pela existência do hipertrófico fenómeno designado por *estilo chão*. O movimento contra-reformista alçandorar-se-ia a responsável pela solidificação tendencial de limitar a arquitectura a uma clara legibilidade dos modelos utilizados, escapando, em perfeita sintonia com a humanista “normatividade” ciceroniana, do acessório, do supérfluo, por isso desnecessário e até *licencioso* ¹.

Na tentativa de fixarmos limites estilísticos, no âmbito de um período cronológico seleccionado, verifica-se que este se estende da década de 60 do Século XVI até ao primeiro quartel do século XVIII, corporizando uma tendência de raiz classicizante, assim passível de absorver todas as influências e tendências arquitectónicas plantarizadas pelo Vale do Sousa, não concebido em função da sua circunscrição administrativa, mas em termos de parcerias geográfico-arquitectónicas afins. Esta é a razão que justifica a passagem do Tâmega para integrar S. João de Alpendurada. Se a delimitação espacial apresenta problemas, embora solúveis, o mesmo não se pode dizer do facto de integrar no tempo a realidade da arquitectura da época, insidiosa, captada nos meandros temporais e que, pelo seu carácter autóctone, constitui um reflexo da particular assimilação das características arquitectónicas classicizantes em solo português.² É enganoso tentarmos definir Classicismo pois acabamos por esbarrar num grande número de significados, cuja utilidade somente depende de diferentes contextos. Sem pretensiosismos, propomos o significado óbvio — um edifício clássico ou de raiz clássica é aquele cujos elementos decorativos derivam directa ou indirectamente do vocabulário arquitectónico da Antiguidade Clássica. Esses elementos são facilmente reconhecidos, como por exemplo, as cinco ordens usadas de modo padronizado, os tratamentos standardizados de vãos e frontões, ou ainda, as séries igualmente padronizadas de ornamentos aplicados nos edifícios de carácter classicizante. Este é obviamente um entendimento claro mas superficial do que se entende por arquitectura de cariz clássico. Permite o reconhecimento do “uniforme”

¹ Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do humanismo ao neoclassicismo*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1973.

² Fenómeno idêntico, embora posterior, ocorreu em Espanha. Sobre o assunto vide Fernando Marías, *La arquitectura del Renacimiento en Toledo. 1541-1631*, tomo I, Toledo, 1983.

usado, porém, nada indicia sobre a essência conceptual do classicismo. Todavia, o seu objectivo será sempre o de alcançar num edifício uma harmonia inteligível entre as partes, sendo esta reconhecível quando contém em si mesma algum tipo de alusão, ainda que ténue ou residual, às ordens arquitectónicas definidas na Idade Clássica, somente apresentadas como um conjunto de fórmulas canónicas, resumindo toda a virtude arquitectónica, pelos teóricos renascentistas e maneiristas, principalmente Sebastiano Serlio, pelo legado de uma autoridade canónica e simbólica das ordens, o qual em gesto enfático e dramático as apresentou como os principais personagens do tratado que redigiu, uma espécie de gramática da arquitectura em que as ordens são tão categóricas quanto as conjugações verbais na gramática latina, e que está na origem da divulgação da linguagem clássica pela Europa, até ser superada pela de Palladio e Vignola. A tentativa serliana foi a da conversão das antigas normas arquitectónicas numa base empírica, experimental, susceptível de múltiplas variações temáticas que poderiam ser repetidas até à exaustão. Serlio concebeu um conjunto de modelos acabados e de exemplares deformáveis e variáveis, de acordo com a capacidade criadora de quem as utilizava. Neste sentido, os modelos serlianos converteram-se quase em fontes exclusivamente iconográficas, figurativas e pragmáticas, perspectivando-as como modelos a imitar e a modificar, ultrapassando a especulação e a própria teoria, no limite da “heresia” arquitectónica.

Este conjunto de influências, por vezes díspares, foi penetrando o ambiente arquitectónico português, mais formado por elas do que pelo contacto directo com as fontes romanas. Paulatinamente, informação de índole diversa foi sendo assimilada pelos nossos “arquitectos”, criando a necessária familiaridade com os motivos decorativos, mas também com os princípios fundamentais teóricos e estéticos, e com a sintaxe formal maneirista, adaptando-a, readaptando-a e, amiúde, escapando a tais características, enveredando arquitectonicamente por caminhos paralelos e mais consentâneos com a realidade nacional, naquilo a que George Kubler viria a apelidar de *plain style*. Esta teoria do “estilo plano” ou “chão”, que sequencia os estudos primeiros de J. H. Pais da Silva, acompanhou um longo período de longevidade arquitectónica, segundo os limites impostos pelo autor, desde as décadas de 20-30 do século XVI até ao desabrochar da centúria iluminista, num fecundo conceito historiográfico e estrutural mediado entre a riqueza do ciclo da pimenta e a opulência aurífera e diamantífera, intermediado pelo pauperismo e contenção do período filipino e restaurador. É neste sentido que Kubler defende a existência de “elementos não catalogados de uma geografia arquitectónica completamente diferente, onde a clareza, a ordem, a proporção e a simplicidade definem os contornos de outra estética”³. Uma estética vernácula que se acaba por corporizar a expensas do maneirismo, do classicismo, mais ou menos internacionalizados, e do gosto e tradições nacionais, harmonizando tais influências conforme o permitem o “engenho e arte” e as condições financeiras. A metodologia kubleriana supera o tradicional conceito de estilo e, ao libertar-se desse espantoso, abre a possibilidade de estudo a realidades outras, bem distantes das *masterpieces* arquitectónicas, embora tenha pecado pela inserção, no contexto da arquitectura chã, de um conjunto de edifícios que nitidamente não podem encarcerar-se neste conceito, mas sim naquele que Paulo Varela Gomes designou por *classicismo monumental desornamentado* e

³ George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes. 1521-1706*, Vega, Lisboa, 1988, p. 5.

que Carlos Ruão entende como a real influência do italianismo na arquitectura portuguesa.⁴ Afirma aquele autor que “a expressão ‘estilo chão’, que se tem vulgarizado, parece-me assentar num equívoco de carácter formalista que não contribui para esclarecer devidamente a especificidade da prática arquitectónica portuguesa mais corrente na Idade Clássica”.⁵ Neste contexto, Paulo Pereira defende a revisão do conceito kubleriano e, pese o reconhecimento do carácter imprescindível da sua utilidade e contributo metodológico, considera que Kubler, “no elenco que faz das obras que se podem inscrever dentro desta categoria, nele inclui edifícios que, quanto a mim, correspondem a outras formas de expressão e a outra cultura arquitectónica”, dele extraíndo, na senda já desbravada por Horta Correia, um conjunto edificado de obras verdadeiramente renascentistas, as maneiristas dos decénios de 50 e 60 do século XVI e as que se integram no conceito definido por Paulo Varela Gomes.⁶

O conhecimento cabal das ordens arquitectónicas, após Serlio, perspectivadas como um conjunto fechado do qual todo e qualquer desvio é questionável, constitui o factor que permite rendibilizar em toda a sua extensão os refinamentos e variações que assídua e criativamente foram aplicados às ordens, oscilando com frequência entre o preciosismo respeitador e a pura *invenzione* pessoal, onde a sensibilidade tem sempre um papel preponderante. Ou mais. Uma disciplina rompida, amiúde, por um rasgo de génio poetizante, abrindo caminho à personalização, permitindo até interpretações contraditórias. Se a compreensão da regra é um dos factores essenciais da arquitectura deste período, o desvio da regra é outro. Apesar das recomendações mais consistentes e específicas do uso das ordens serem apontadas por Serlio, o facto é que as mesmas eram seleccionadas em função do gosto, de circunstâncias e até da disponibilidade de meios, pois uma construção onde se emprega a ordem toscana ou a dórica é, objectivamente, menos dispendiosa do que aquela onde aparece a escultórica ordem coríntia. Estas razões são subtilmente captadas na arquitectura *ao romano* do Vale do Sousa.

Data da década de 50 de Novecentos a reabilitação da arquitectura portuguesa tipologicamente maneirista, pela mão de J. H. Pais da Silva, num artigo publicado em 1955 e integrado na colectânea *Estudos sobre o Maneirismo*, por sua vez trazida a público em 1983, a par de outros artigos do mesmo autor, respeitantes à mesma temática. Considerando o maneirismo como a corrente que afasta o manuelino da ribalta arquitectónica, o que desde logo revela o não reconhecimento de um período nitidamente renascentista, que efectivamente existiu em Portugal, este historiador defende já a existência paralela, iniciada em S. Roque de Lisboa, e por isso pelos inicianos, como edifício pioneiro de um movimento de resistência ao modelo romano de S. Vicente de Fora, também em Lisboa, de um estilo que designa por “autóctone, numa paulatina “ânsia de autonomia” do desenvolvimento artístico nacional⁷, apesar do autor conceber simultaneamente a arquitectura maneirista em perspectiva abrangente, por um lado, mas quase circunscrita aos modelos veiculados pela Companhia de Jesus, por outro. Em artigo

⁴ Carlos Ruão, *Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*, Coimbra, 1996, p. 21.

⁵ Paulo Varela Gomes, *A confissão de Cyrillo*, Hiena, Lisboa, 1992.

⁶ Paulo Pereira, “A Traça como Único Princípio. Reflexão acerca da permanência do Gótico na Cultura Arquitectónica dos Séculos XVI e XVII”, *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Vega, Lisboa, 1995, pp. 190-199.

⁷ J. H. Pais da Silva, *Estudos sobre o Maneirismo*, 2.ª ed., Estampa, Lisboa, 1986, p. 132.

publicado em 1976, integrado na colectânea citada, girando “em torno da arquitectura maneirista no noroeste de Portugal”, o autor aponta a visão proeminente do românico e do barroco nesta zona do país, o que perturba a visão de tudo o resto, nomeadamente da arquitectura compreendida entre “cerca de 1550 e as primeiras décadas do período setecentista”, apontando a vigência em paralelismo na região de duas correntes arquitecturais: a maneirista e a “série de monumentos de difícil ou hoje impossível vinculação a um determinado `estilo` internacional mais ou menos filtrado, e que, à falta de outra designação menos ambígua, chamaremos simplesmente de portugueses”. Acrescenta o autor que tal série, obviamente, não se confina somente à região noroestina do país na segunda metade de Quinhentos, referindo que “são edifícios em que as soluções estruturais, a organização planimétrica, a composição mural, a combinação de volumes, o espaço interior e o repertório decorativo os afastam, com nitidez, de possíveis modelos castelhanos, catalães, flamengos, italianos ou outros”.⁸

Foi J. E. Horta Correia quem, no decénio de 80 do século XX, fortemente contribuiu para o desenvolvimento reflexivo sobre a arquitectura portuguesa, tendo como ponto de partida a teoria kubleriana. Ao contrário de Kubler, que indiferenciadamente misturou arquitectura chã e maneirista, ao considerar o *plain style* “emancipação das normas académicas e das formas italianizantes”, como uma arquitectura vernácula, mais enformada pelas influências da prática arquitectónica do que pela normatividade oriunda da Antiguidade Clássica, salvaguardando a sua precocidade relativamente ao caso espanhol — a génese do “estilo desornamentado” — e, a sua longa sobrevivência face a este último, já Horta Correia distingue-as claramente. No entanto, o austero e racional *plain style* kubleriano concebe-se como correspondendo a uma “atitude experimental dos arquitectos formados na teoria do renascimento, que se atreveram a desprezar os seus preceitos a fim de obterem uma construção útil e económica”⁹, passível de ultrapassar, no contexto da arquitectura portuguesa, como referiu *a posteriori* Horta Correia, os tradicionais conceitos estilísticos, uma permanente posição dialogante entre passado e presente, tendo subjacente o seu carácter pluralista e não redutivista. É precisamente nessa distinção conceptual que J. E. Horta Correia se distancia de Kubler, contribuindo para uma redefinição do conceito de arquitectura chã, quando afirma a ruptura arquitectural operada nos finais do reinado do Piedoso, coadjuvante das alterações culturais que coincidiram com o início da época sebástica. De facto, os anos 50 do século XVI amanhecem em Portugal “sob o signo de uma crescente influência integrista na política nacional, com uma vertente de reformismo religioso de conotação mística e outra vertente de mal contido autoritarismo repressivo”. As decisões tridentinas, a espiritualidade contra-reformista, a política portuguesa pautada por um espírito militarista e a unidade ideológica contribuíram vincadamente para a evolução estética de então. “Um tempo novo surge então para a arquitectura nacional, marcada não só pelo maneirismo italiano (ou flamengo), como sobretudo e concomitantemente por um estilo vernacular e original, profundamente acentuado pela cultura arquitectónica de base tratadística e pela praticada arquitectura militar e onde se evidenciam valores de simplicidade, austeridade, limpidez, clareza e funcionalidade.” Segundo Horta Correia, o estilo chão acaba assim, no seu prolongamento até finais de Seiscentos, por resistir à entrada do barroco em Portugal. Este autor diferencia o renascimento de gosto italiano, o formulário estilístico transitório patente nas

⁸ J. H. Pais da Silva, *Estudos ...*, 1986, pp. 216-217.

hallenkirchen e o emergente maneirismo, tendo por figura de proa a influência serliana e o manancial tratadístico chegado a partir dos meados do século XVI.¹⁰ Ao redefinir a asserção dos conteúdos do estilo chão, dela retirando a experimental arquitectura renascentista, depara-se com a contemporaneidade vivencial do maneirismo e do estilo chão, acolhendo este “fontes teóricas aparentemente contraditórias: um certo classicismo asséptico e um maneirismo internacionalizado”, também integradas por desvios concretos que escapam “à tendência hegemónica do `estilo chão`”, funcionando este como uma espécie de estilo tutelar sobre a corrente maneirista. Neste sentido, J. E. Horta Correia afirma que “é precisamente no momento em que as superestruturas ideológicas do integrismo contra-reformista tomam definitivamente conta do poder, como o caso do reinado de D. João III, que a tendência para o despojamento decorativo e a adopção de um frio classicismo de base tratadística e de uma austeridade a um tempo religiosa e militar convergem na formação de uma arquitectura diferente a que, utilizando a expressão de Kubler, chamaremos `estilo chão`”. Tendo bem presente e delimitada a noção de estilo chão, J. E. Horta Correia revela-se duplamente consciente, por um lado, da real presença maneirista nos exemplos que apresenta, como o claustro nabantino de Torralva, mas também da permanência de valores locais, dependentes de factores vários, e da assimilação do figurino decorativo maneirista, como é o caso grionense. Este raciocínio compreende-se quando o autor considera que “os novos tempos [sebásticos] são esteticamente dominados por valores diferentes e até contraditórios, que convergem num estilo de sentido vernacular”, de origem lusa, suficientemente amplo do ponto de vista conceptual para “hegemonizar a arquitectura portuguesa”. Isto não significa “que não se localizem valores mais ortodoxamente maneiristas em determinadas áreas territoriais ou resultantes de directrizes da encomenda ou de uma criação mais pessoalizada”.¹¹ O autor acrescenta que a afirmação da essencialidade valorativa do estilo chão, previamente ensaiada nas igrejas-salão alentejanas, estas sim caracterizadas por um vernacularismo evidente, e concretizada nos modelos tipológicos da Companhia de Jesus eborense e olisiponense, com tendência apriorística para a hegemonização da arquitectura portuguesa “apesar da pluralidade e diversidade das suas expressões originárias”. Aliás, é com a construção das novas Sés durante a governação de D. João III que se verifica, a par das regras clássicas uma acentuada nudez decorativa, sublinhada externamente pela dominância dos volumes quadrangulares, pela sobriedade e geometrismo. Na visão evolutiva da arquitectura portuguesa, J. E. Horta Correia considera que a noção de sequencialidade de obras originais ou de obras replicantes, originárias de uma práxis arquitectónica comum, encontra-se na raiz conceptual do estilo chão, quer em obras experimentais quer em obras seriais, tanto no tempo de D. João III como no período sebástico, assim como permite uma visão *outra* dos períodos filipino e da Restauração. Neste contexto, aquele historiador, retirando as excepções de influência herreriana, do Torreão do Paço da Ribeira e do modelo romano de S. Vicente de Fora, afirma que na época da Restauração, não a vendo em processo involutivo em relação aos primórdios do domínio filipino e fenecimento do humanismo camoniano, no âmbito da

⁹ George Kubler, *Arquitectura Portuguesa Chã...*, 1988, p. 3.

¹⁰ J. E. Horta Correia, “A arquitectura — maneirismo e estilo chão”, *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Alfa, Lisboa, 1986, p. 93.

¹¹ J. E. Horta Correia, “A arquitectura — maneirismo ...”, 1986, pp. 94-96.

arquitectura, “são sobretudo as ordens religiosas que continuam, também nesta época, apesar das crises e das guerras, a construir bases exemplares da arquitectura de `estilo chão”¹²

Alguns anos mais tarde, mais propriamente em 1991, J. E. Horta Correia reitera a sua posição historiográfica relativamente à arquitectura produzida em território nacional no período compreendido entre o reinado do Piedoso e a Restauração, enquadrando-a nas suas características essenciais — “uma certa unidade estilística centrada pela utilização dos valores formais do classicismo; uma extrema importância e alta qualidade no contexto das artes e da cultura portuguesa do tempo; uma explicitação de valores autónomos, nascidos quer da acentuação de invariantes nacionais quer da especificidade da conjuntura portuguesa”¹³. Continuando a apresentar sem qualquer contestação as existências renascentista e maneirista, redefine um pouco mais a abrangência cronológica da arquitectura chã, conferindo-lhe maior amplitude, coeva do autónomo período maneirista, embora o autor deixe transparecer uma visão excepcional deste mesmo período, hoje definitivamente colocada de parte.¹⁴ Entre o segundo quartel do século XVI e os meados do século XVII, sensivelmente, a arquitectura portuguesa sofre uma profunda fractura no fim do reinado de D. João III, reinado que coincide *grosso modo* com o renascimento em Portugal, a que se segue o encerramento de uma política de abertura cultural e o longo período, de origem sebástica e de *terminus* indefinido, susceptível de várias subdivisões, mas caracterizado fundamentalmente pelo estilo chão “como estética tendencialmente hegemónica”. Aquele historiador advoga a existência de “um subperíodo dominado pelo `estilo chão´ (que em si mesmo engloba algum Maneirismo), mas onde outro Maneirismo se afirma autonomamente conseguindo escapar à tendência dominante na arquitectura nacional”, pelo que continua a reconhecer plenamente o maneirismo de *per si* e como componente significativa da tendência chã.¹⁵ O historiador acrescenta que, sopesando a lentidão do seu processo genético, “o `estilo chão´ afirma-se como corrente dominante da arquitectura portuguesa, correspondendo de certo modo a uma ansiedade ideossincrática nacional, mas afirmando-se numa conjuntura favorável da cultura arquitectónica, de predomínio da arquitectura militar e de contra-reformismo religioso”, progressivamente hegemónico, desde a idade sebástica ao período da Restauração, que irá convergir “num estilo peculiar e portanto nacional e de tendência vernacular”, contudo extraindo situações pontuais que escapam a essa tendência de absorção chã. Por essa razão, refere que “o `estilo chão´ feito de clareza, ordem, proporção e simplicidade não pode ser entendido apenas (o que seria contraditório) com o nosso Maneirismo possível” e que “há entre nós situações concretas, por vocação pessoal do artista, por gosto do encomendador ou por tradição, de Maneirismo *tout court*, que escapa à tendência hegemónica do `estilo chão´”, ainda acrescentando o facto deste viver de contributos de aparência contraditória. É nesta sequência de raciocínio que, se consideramos inquestionável a utilidade deste conceito, sem o qual dificilmente grande parte da arquitectura portuguesa sobreviveria conceptualmente, também é verdade que sendo metodologicamente profícuo,

¹² J. E. Horta Correia, “A arquitectura — maneirismo ...”, 1986, pp. 114 e 130.

¹³ J. E. Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa. Renascimento. Maneirismo. Estilo Chão*, Presença, Lisboa, 1991, pp. 13-14.

¹⁴ Sobre o assunto vide uma mais recente posição em Carlos Ruão, *Arquitectura Maneirista ...*, 1996, pp. 20-22, embora este autor discorde da existência de arquitectura chã no noroeste português.

¹⁵ J. E. Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa ...*, 1991, p. 15.

reveste de dificuldade a categorização de determinadas arquitecturas pelo exacto motivo destas integrarem em si mesmas situações pontuais de árdua inserção estilística. Assim sendo, o estilo chão, resultado de um conjunto mesclado de influências variadas, é entendido por Horta Correia “como uma realidade complexa em que convergem (ou se misturam) sensibilidades diversas”, personalizadas em dois arquitectos, António Rodrigues, erudito classicizante mas algo próximo do *plain style*, e Afonso Álvares, mais pragmático e ligado ao aspecto mais vernacular mediante a sua ligação à engenharia militar, “expressando com êxito popular uma corrente autóctone que, a partir de determinada altura, começava a ridicularizar os ‘italianizados’”. Esta foi a corrente que triunfou no contexto da arquitectura chã, através, em primeiro lugar, das *hallenkirchen*, e depois, em segundo lugar, pela nova concepção de espacialidade, responsável pela superação daquelas e pela tipologia das igrejas de três naves, surgida entre nós e caracterizada pela desornamentação austera, primeiramente utilizada pelos seguidores de Loiola, mais especificamente em S. Roque de Lisboa e no Espírito Santo de Évora. Como a excepção confirma a regra, torna-se óbvio que a esta tendência preponderante da arquitectura portuguesa do período em estudo se contrapõe uma outra, de carácter localizado, mais pautada pela ornamentação em áreas geográficas já de si com grande tradição nesse campo, como é o caso da renascença coimbrã, mas, como refere Horta Correia, “o mais importante acervo de ornamentalismo maneirista é o que, conjugando-se ou não com tendências construtivas do ‘estilo chão’, se caracteriza sobretudo pela sua influência flamenga, dado que importa esclarecer como ressalva importante para a plena compreensão do século XVI português”, a qual aparece “como complemento de gostos parcelares de arquitectos ou encomendadores”. Face à veia integradora e proeminente do ‘estilo chão’, o maneirismo viverá e perdurará em zonas perfeitamente localizadas, como no caso coimbrão e em outras como a do mosteiro grionense.¹⁶ Certo é que, em Portugal, o maneirismo foi o legítimo representante dos ideais contra-reformistas no campo de uma gramática arquitectónica tradutora da propaganda e ensinamentos catequéticos saídos de Trento que, assim, se insere no movimento de renovação dos programas religiosos.¹⁷ Enquanto isso, como assinala F. A. Baptista Pereira, o estilo chão pressupõe um “apurado sentido classicizante, no conhecimento das formas e regras divulgadas pelos tratados italianos conhecido dos arquitectos portugueses. O desejo de austeridade prende-se com a internacionalização da linguagem arquitectónica inerente à influência militar que está na génese do estilo”.¹⁸

Horta Correia sustenta, porém, numa nova perspéctica do período filipino, as influências chegadas à arquitectura lusitana durante a sua vigência. Ressalve-se a importância concedida ao maneirismo romano de génese vignoliana, introduzido em Portugal por Juan de Herrera, e assim por patrocínio régio, e a viragem a um paladianismo igualmente sorvido pela mesma fonte e não já por mera influência de base serliana. Simultaneamente, rejeita qualquer hipótese de sujeição a uma tipicidade estilística inaciana, de modelo estrangeiro, concorrente com a criação de um

¹⁶ J. E. Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa ...*, 1991, pp. 50-56.

¹⁷ Flávio Gonçalves, *História da Arte. Iconografia e Crítica*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, s/d. Vide também Paulo Pereira, “A conjuntura artística e as mudanças de gosto”, *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), 1.ª de., 3.º vol., Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

¹⁸ F. A. Baptista Pereira, *História da Arte Portuguesa. Época Moderna (1500-1600)*, Univ. Aberta, Lisboa, 1992.

modelo nacional de cariz vernacular, que, tantas vezes, se misturam num mesmo edifício, o que permite a Horta Correia continuar a demonstrar a realidade da arquitectura chã, aliás numa via inicialmente desbravada por Pais da Silva. É neste sentido que Paulo Pereira distingue claramente obras de linguagem internacional e obras chãs, “culturalmente situadas num eixo de permanência e de longa duração, senão metamorfoicamente ‘geológica’, pelo menos de longa duração ‘tectónica’”. Afirma este historiador que é sua convicção que “estas obras de permanência constituem o *mainstream* da produção arquitectónica da 2.ª metade do séc. XVI, até meados do séc. XVII, sendo muitas delas ‘secundárias’ (se pensarmos a partir de um centro de gravidade vanguardista) e anónimas (produzidas por mestres quase ou totalmente desconhecidos)”. Nem mais nem menos do que aquilo que, radicado na experiência construtiva e impositiva dos mestres, encontramos em terras de Sousa. Formas arquitectónicas dispostas segundo os critérios da permeabilidade inventiva e da maleabilidade criadora, de linguagem classicizante, mas numa disposição naturalmente anticlássica, dentro daquilo que Fernando Mariñas apelidou por “traça sem estilo”¹⁹, ou aquilo que a historiografia artística viria a designar por ‘estilo chão’.²⁰

Ainda em 1991, contemporaneamente ao lançamento mais definido das posições histotigráficas de Horta Correia, José Manuel Fernandes aprisiona as características genéricas da arquitectura portuguesa do dealbar de Quinhentos até 1780, subdividindo-a em dois grandes ciclos, suportando cronologicamente no primeiro ciclo a existência do estilo chão numa estrutura secular compreendida entre 1580 e 1680, por se insinuar um período de “estabilidade” arquitectónica, contrariamente a um ciclo *outro*, o segundo, mais aberto às influências externas, onde cabe exemplificativamente o maneirismo. Neste interim, integra em mescla, no segundo ciclo, edifícios e tipologias que Horta Correia havia colocado na alçada do estilo chão. Referimo-nos, por exemplo, às igrejas-salão. Contudo, referindo que um determinado modo arquitectónico se insinua “déterminée par les modèles nationaux dont on a témoigné l’élaboration, simplifiée du point de vue formel par l’influence traditionnelle du langage vernaculaire sur l’architecture savante. Ce trait assez subtil est pourtant un élément structurel et permanent de notre architecture qui se distingue par ses surfaces lisses et plates, par la netteté des volumes gardés de excès de décor caractéristiques du baroque international de l’époque”. Em visão sintética, ainda acrescenta que o estilo chão “s’opposera avec succès à l’assimilation du baroque et durera au-delà du possible, ressentant de temps en temps l’influence de courants de renouveau et de changement”. É neste período de recolhimento espiritual de crise e mobilização religiosas, sobretudo desde o início de Seiscentos, que a construção e renovação de igrejas e conventos se multiplicam tanto no continente como, inclusivamente, fruto da diáspora, no império. José Manuel Fernandes integra um vasto rol de edifícios surgidos então, desde os colégios jesuítas conimbricenses, passando por S. Lourenço do Porto, até aos complexos beneditinos das três principais cidades do país, destacando nesta renovação as proeminentes figuras de Baltasar Álvares e Marques Lucas, e terminando em Santo Tirso e Tibães²¹. O papel das ordens mendicantes revela-se igualmente significativo. Sobre o plano gizado pelo “herreriano” Francisco de Mora, para o convento eborense dos Remédios, outras ordens nele

¹⁹ Fernando Mariñas, *El largo siglo XVI*, Taurus, Madrid, 1990.

²⁰ Paulo Pereira, “A Traça como Único Princípio. ...”, 1995, p. 198.

basearam a sua inspiração, nomeadamente os franciscanos. As ordens religiosas têm o seu quinhão de responsabilidade no expansionismo chão, através de novas campanhas construtivas quer de remodelação quer de nova construção, a que não foi alheio o estímulo jesuítico. Segundo J. E. Horta Correia, a última síntese chã encontra-se na arquitectura da Restauração, após recepção de todas as influências possíveis.²² Caracterizadas pela sobriedade arquitectónica, numa atitude invariavelmente refractária à entrada de uma nova linguagem em voga na Europa, como já havia assinalado Pais da Silva, José Manuel Fernandes considera que “en tout cas, il est possible de distinguer l’architecture du Nord-Ouest, de la région de Porto et de la province de Minho, de celle du centre et sud du pays. Au Nord, les courants décoratifs dans la tradition du rollwerk flamand sont toujours vivaces tandis que au centre et au sud, l’architecture est plus stéréotypée sous l’emprise des canons serliens et l’influence régulatrice des architectes royaux”, da Casa da Rainha, ou seja, Pedro e João Nunes Tinoco. A partir de 1640, abre-se um novo ciclo arquitectónico em Portugal, marcado pela transição e pela duplicidade de gosto, nomeadamente a permanência chã a norte e a adesão à linguagem barroca a sul. O período da Restauração pode ser definido como uma tergiversação em constância entre o abandono construtivo face à conjuntura económica e militar e o desejo de renovação.²³

Assinale-se que a última *História da Arte Portuguesa* dada à estampa (Círculo de Leitores), dedica o segundo volume à época moderna, com dois sub-capítulos vocacionados para a análise arquitectónica sem, estranhamente, reconhecer a realidade maneirista portuguesa, ainda que por focos circunscritos, englobando essa realidade estilística no contexto amplo do “classicismo” e do “italianismo”. Contudo, integrando plenamente a existência do “estilo chão”. O termo “Maneirismo” aparece somente no título do capítulo geral “Do Renascimento ao Maneirismo (séculos XVI-XVII)”, sem, no entanto, individualizar autonomamente essa realidade, escamoteada em classicismo, italianismo e arquitectura chã ... e perdida no discurso. A propósito do arquitecto Miguel de Arruda, o autor do artigo correspondente, Rafael Moreira, descobre a sua “arte nua e avessa a experiências vanguardistas”, num “estilo que se pretende inserido numa tradição nacional em vez de em ruptura com ela (...), embora não hesitasse em se apropriar quanto queria das soluções clássicas”, no contexto de um discurso de “sintético nacionalismo”, aderindo ao *plain style* kubleriano “não no sentido de um estilo, mas precisamente dum não-estilo, espécie de ‘grau-zero’ arquitectónico”, acrescentando cautelosamente que tal conceito deve ser prudentemente aplicado, dado o pluralismo das correntes em coexistência e convivência paralela e até em sobreposição. Assim, refere, “cabem nesta ampla (e algo vazia, como todas) classificação um feixe de situações muito diversas que podem ir do classicismo descarnado de António Rodrigues (...) a percursos de involução pessoal, como o de Manuel Pires (...)”, até ao “pragmatismo anti-intelectual” de Afonso Álvares, assinalando a sintomatologia de crise do período sebástico, incisivamente marcada pelo “nacionalismo” arquitectónico no lugar do antigo italianismo, segundo o autor, numa “opção descomplexada”²⁴, responsável, em nossa óptica, pelo rosto introvertido e rebarbativo

²¹ José Manuel Fernandes, *L’Architecture*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1991, pp. 40-45.

²² J. E. Horta Correia, *Arquitectura Portuguesa ...*, 1991, pp. 60-64.

²³ José Manuel Fernandes, *L’Architecture*, 1991, pp. 45-47.

²⁴ Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo. O processo arquitectónico”, *História da Arte Portuguesa*, 2.º vol., Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p. 303-364.

de grande parte da arquitectura portuguesa, mas também relativamente aberta às interpenetrações europeizantes orientadas pelo “classicismo”.

Um segundo artigo da mesma obra, assinado por Miguel Soromenho, também exclui o maneirismo da cultura arquitectónica nacional, referindo, em seu lugar, a existência do classicismo, italianismo e estilo chão, em convergência no período filipino, em *masterpieces* coevas, como S. Vicente de Fora e o Paço da Ribeira, ambos em Lisboa. Considera este historiador que o ciclo arquitectónico em questão ficou marcado menos pela “normatividade de um `estilo`”, que pela “tentativa de fixação de uma imagem de majestade que orientou o mecenato arquitectónico filipino. Soromenho advoga que foram os edifícios conventuais a origem do postulado kubleriano, sendo este “o conceito operatório mais afastado da história da arquitectura portuguesa”, “uma categoria meta-estilística que atravessaria transversalmente os séculos XVI e XVII definindo uma expressão construtiva marcada por uma sobriedade herdada da arquitectura militar e pelos condicionalismos impostos pela conjuntura religiosa”. Sublinha ainda alguns dos principais contributos historiográficos posteriores ao enunciado kubleriano, a saber “a relevância formal do estilo chão bem como a sua pertinência histórica, ou antecipando-lhe a cronologia (Rafael Moreira, 1981)”, ora acentuando “o seu carácter vernáculo e a relativa independência à normatividade da arquitectura renascentista da tradição italiana (Horta Correia, 1986)”, “ora insistindo na predominância de uma cultura de raiz medieval essencialmente prática e conservadora (Paulo Pereira, 1995)”, não vincando a devida evolução de algumas perspectivas, nomeadamente a de Horta Correia. A questão renovativa da arquitectura das ordens religiosas é um aspecto relevado, justificável pela dimensão e importância dos programas construtivos monásticos, impositivos de regras restritas, em termos de organização funcional, despesas e um relativo despojamento decorativo, gerado, como no caso da Companhia de Jesus, no contexto da própria Ordem, mais do que pelas influências da arquitectura militar, paulatinamente cingida ao trabalho de engenheiros. Acrescenta o autor que “cumprida na especificidade das `famílias tipológicas` dos grandes complexos monásticos e conventuais de Jesuítas e Beneditinos”, confirmada pelos esquemas “seriais” oriundos das igrejas carmelitas, também adoptados pelos franciscanos, em tipologia de grande fortuna e longevidade, “a arquitectura portuguesa cumpriu-se assim num permanente equilíbrio entre a manutenção de tradições construtivas autóctones e a assimilação de valores importados”, regida pelo constante binómio do conservadorismo de soluções e herança material de modelos estereotipados baseados em formas simplificadas de colunas ou pilastras com capitéis e coroamentos de frontões curvos e triangulares, por vezes interrompidos. Na senda de Horta Correia, refere o foco coimbrão, pautado pelo decorativismo de raiz flamenga, sem o conceber como maneirista, o foco nabantino centrado no Convento de Cristo e irradiação do seu estaleiro, e outros centros geográficos que linguisticamente designa por “declinações regionais”, como a região algarvia, as Beiras e o impacto da arquitectura espanhola na Sé viseense, e o caso noroestino, ressaltando o convento do Pilar, Grijó, Moreira da Maia, S. Gonçalo de Amarante, até ao convento de Jesus em Aveiro, integrando este vasto conjunto edificado num círculo de coerências e de propostas singulares, de grande influência flamenguizante e percursos construtivos individualizados.²⁵

²⁵ Miguel Soromenho, “Classicismo, Italianismo e Estilo Chão. O ciclo filipino”, *História da Arte Portuguesa*, 2.º vol., Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p. 377-403.

É na linha de continuidade, num *tempo longo*, que podemos entender e congregar a arquitectura de raiz clássica do Vale do Sousa, desde a década de 60 do século XVI, entrando pelo século XVIII, em pleno período de maturidade barroca joanina e, em simultaneidade, depararmos com a realidade de S. João de Alpendurada, que ultrapassa um pouco mais os limites kublerianos, já alargados por Horta Correia, e que nos permitimos alargar um pouco mais ainda. Só a noção braudeliana permite integrar o conjunto das arquitecturas daquela região num todo estilístico coerente e, por isso, inteligível, simultaneamente receptadora de influências das vertentes arquitectónicas em voga, nomeadamente da estética maneirista noroestina e seus prolongamentos geográficos, mas principalmente da estética *ao romano*. Por tais razões, a visão que se plantariza pelo Vale do Sousa é a de uma modernidade arreigada a um certo conservadorismo que se vai patenteando em cada caso arquitectónico, desde S. Martinho de Penafiel, no portal e na licenciosidade do iónico vegetalista, em paralelismo cronológico com as primeiras experiências maneiristas eruditas e de patrocínio régio, até S. João de Alpendurada, de tipologia exaustivamente repetida, a ensaiar muito levemente em pormenores indeléveis, e sem perder a evidência chã, uma outra linguagem mais “movimentada”, então em pleno vigor no território português. Este fenómeno de simultaneidade de tendências arquitectónicas é, efectivamente, de uma fecundidade assinalável, que o nosso estudo, se mais não permite, pelo menos vinca acentuadamente, até pela inexistência de um foco explícito de influências, o que, aliás, tem sido levado em conta pela historiografia artística. No seguimento deste raciocínio, tendo em mente a geografia arquitectónica valesousense e a interiorização lógica e conceptual de *estilo chão* “como uma corrente autóctone em linha de continuidade, das igrejas-salão às *church-boxes*”, tendo subjacente a sua definição estilística, não podemos concordar com Carlos Ruão, quando afirma que no noroeste do país, em antítese com a realidade arquitectónica maneirista, “não existe um único exemplar que possa ser designado como arquitectura chã”.²⁶ O Vale do Sousa comprova essa existência. Aquela definição integra nitidamente o que podemos apontar genericamente para o caso específico valesousense, salvaguardando alguns casos pontuais. À falta de melhor, e dada a ausência de linearidade do conceito, atendendo ainda à miscigenação de influências e inerente dificuldade classificativa, preferimos falar então de uma arquitectura de raiz clássica, porque é disso exactamente que se trata. A morfologia arquitectónica valesousense desenvolve um período de prolongadíssimo ocaso de linguagem classicizante, não abdicando de modelos decorativos flamenguizantes, sobre bases planimétricas de paradigma luso-italiano, sob alçada do espírito tridentino, marcada orapela austeridade e depuração até às “microarquitecturas”, também elas próprias do classicismo, tudo integrado num gosto estético coerente nascido em terras lusitanas, que resistiu, pela instalação paulatina e arreigamento desse mesmo gosto à introdução de uma outra estética mais “modernizada”.

²⁶ Carlos Ruão, *Arquitectura Maneirista ...*, 1996, p. 21. O autor, embora generalize a formulação daquele enunciado, certamente estaria a pensar na própria selecção dos edifícios que então estudava.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

BRAGA

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

- Conventos e Mosteiros*, C.S.B., *Estados do Mosteiro de Paço de Sousa*, n.ºs 99-100, 1629-1822
Conventos e Mosteiros, C.S.B., *Estados do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro*, n.º 121, 1629-1665
Conventos e Mosteiros, C.S.B., *Estados do Mosteiro de S. João de Pendorada*, n.ºs 101-103, 1626-1804
Conventos e Mosteiros, C.S.B., *Estados do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, n.ºs 127-128, 1626-1804

COIMBRA

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- Avaliação dos bens do mosteiro de Paço de Sousa*, Dep. IV, Sec. 2.ª E, est. 2, tab. 3, n.º 4
Documentos relativos à Mesa Abacial de Paço de Sousa, Dep. IV, Sec. 2.ª E, est. 2, tab. 3, n.º 5
Livro de Tombo dos bens da mesa abacial de Paço de Sousa, 1593, Dep. IV, Sec. 2.ª E, est. 2, tab. 4, n.º 1
Sentença régia sobre a união do Mosteiro ao Espírito Santo - 1579., Dep. IV, Sec. 2.ª E, est. 2, tab. 4, n.º 16

LISBOA

ARQUIVO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

- Descrição Histórica e Topográfica da Cidade de Penafiel*, "Parte 3.ª - Histórica-Física", por António d'Almeida, ms. azul, 1828-1831.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO

- Conventos Diversos*, *Estados do mosteiro de S. João de Alpendurada*, 1626-1804, N.O. 03751, Sala 2 (índ. 283).
Conventos Diversos, *Livro das Oficinas deste Mosteiro de Pendorada*, 1806, N.O.03751, vol. 3, Sala 2 (índ. 283).
Conventos Diversos, *Livro do Recebimento deste convento de Pombeiro e Villa Real e juros no que toca a suas rendas*, sala 25, est. 23, prat. 2 (índ. B270).
Institutos Religiosos, *Tombo da mesa abacial do mosteiro de Paço de Sousa*, 1593, n.º 645, Sala 1, est. 7, pr. 3 (índ. 280).
Livros Recolhidos por J.M. Costa Basto, *Índice do cartório de Paço de Sousa*, 1795, Sala 16 (índ. 284).
Livros Recolhidos por J.M. Costa Basto, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa escritas sobre o exame do seu arquivo*, Col. Memórias para a História Geral da Congregação de S. Bento em Portugal, 1799, Livros 32 e 33.
Pendorada. S. João Baptista, *Origens, princípio e fundação deste mosteiro de S. João de Pendorada*, N.O. 03756, m. 26, ex. 6.
Sentença sobre a divisão dos bens e rendas da mesa abacial da mesa conventual, 1579, N.O. 03636, Livro 283.
S. João de Alpendurada. Livro que trata da série dos prelados, N.O. 03751, n.º 1.

PENAFIEL

ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL

- Alvará régio a demarcaro termo da cidade*, N.O. 2046, Secção de Reservados, 1770.
Alvará régio de elevação a cidade por D. José I, N.O. 2046, Secção de Reservados, 1770.
Bispado de Penafiel, *Pastoral do bispo de Penafiel D. Frei Inácio de S. Caetano*, Secção de Reservados, n.º 4, 1774.
Colegiada de Ignácio de Andrade, D. 14, 1696.

Confirmações Gerais de D. Sebastião, Carta de guarda e protecção real, Livro 12, s/cota.
Dispersos, Apontamentos históricos sobre Penafiel, N.O. 29, s/d.
Dispersos, História Antiga de Penafiel, N.O. 28, s/d.
Fundos Dispersos, Breves Pontifícias, Secção de Reservados, n.º 3.
Fundos Diversos, Eclesiástico e Paroquial, Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa, Secção de Reservados, n.ºs 5 e 6.
Índice Alfabético dos 32 livros da Chancelaria de D. Filipe I, anno de 1767. Confirmações Gerais dos Senhores Reis D. Sebastião, D. Henrique, D. Filipe 1.º e D. Filipe 3.º, 1573-1638, Livros 2, 3, 13 e 20, s/cota.
Livro antigo dos termos da Colegiada de Ignácio de Andrade e Abreu, 1697, s/cota.
Particulares, Casa de Louredo, Livro 20, 1644-1901.
Particulares, Família dos Moreiras, Livro 22, 1729-1730.

ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAFIEL

Livro dos Acordos e Termos, 1641-1671.
Livro dos Acordos e Termos, 1671 e segs.
Livro dos Contratos do Hospital, 1647-1733.
Livro de Receita e Despesa, 1615-1616.
Livro de Receita e Despesa, 1628.
Livro de Receita e Despesa, 1644.
Livro de Receita e Despesa, 1670-1671.
Livro de Receita e Despesa, 1671-1672.
Livro de Receita e Despesa, 1674-1675.
Livro de Receita e Despesa, 1675-1676.
Livro de Receita e Despesa, 1676-1677.
Livro de Receita e Despesa, 1677-1678.
Livro de Receita e Despesa, 1682-1683.
Livro de Receita e Despesa, 1683-1684.
Livro de Receita e Despesa, 1685-1686.
Livro de Receita e Despesa, 1688-1689.
Livro de Receita e Despesa, 1691-1692.
Livro de Receita e Despesa, 1692.
Livro de Receita e Despesa, 1692-1693.
Livro de Receita e Despesa, 1693-1694.
Livro de Receita e Despesa, 1694-1695.
Livro de Receita e Despesa, 1697-1698.
Livro de Receita e Despesa, 1699.
Livro de Receita e Despesa, 1742-1743.
Livro de Receita e Despesa, 1753.
Livro de Receita e Despesa, 1780-1782.
Livro de Receita e Despesa, 1782.
Livro de Receita e Despesa, 1783.
Livro de Registo de Inventário, n.º 100, 1782 e segs.
Livro dos Tombos, tomos I e IV, 1749.

PORTO

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa, 1799.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Actas Capitulares da Congregação de S. Bento em Portugal, ms. 2, 1713-1776.

Chronica da Provincia da Soledade da mais estreita observancia no reino de Portugal, s/d.

SANTO TIRSO

ARQUIVO PARTICULAR DO MOSTEIRO DE SINGEVERGA

Memorias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo, escritas sobre o exame do seu Arquivo pelo Mestre Jubilado Fr. António d'Assunção Meireles, 1800-1801.

2. FONTES IMPRESSAS E ESTUDOS CITADOS

ABREU, Maria do Carmo Martins de; ABREU, Eduardo de, "A Igreja Matriz de Penafiel", *Confluência I*, Círculo Cultural Penafidelense, Penafiel, 1984, pp. 164 - 184.

AGUIAR, J. de, "Egas Moniz", *Penha-Fidelis*, n.º 1, Penafiel, 1927, p. 17.

AGUIAR, J. de, "Os túmulos de Paço de Sousa", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 3, Penafiel, 1927, p. 44.

AGUIAR, J. Monteiro de, "Eja. A cidade egitana", *Revista da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Penafiel*, Penafiel, 1930-32, pp. 22-27.

AGUIAR, J. Monteiro de, "Paço de Sousa", *Penafiel Antiga*, Câmara Municipal de Penafiel, Penafiel, 1932 - 1936, pp. 49 - 80.

AGUIAR, J. Monteiro de, "Visita ao mosteiro de Bustêlo", *Penafiel Antiga*, Câmara Municipal de Penafiel, Penafiel, 1936-43, pp. 40-41.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, Portucalense Editora, Porto, 1967.

ALVES, Natália Marinho Ferreira, "Breve Ensaio sobre a obra de Miguel Francisco da Silva", *Poligrafia*, n.º 2, Centro de Estudos Domingos Pinho Brandão, 1993, pp. 71-101.

ALVES, Natália Marinho Ferreira, "Pombeiro, um caso único da talha efectuada por Frei António Vilaça, *Felgueiras-Cidade*, Felgueiras, Ano 2, n.º 5, 1994, pp. 52-53.

ANIODI, "Capela do Senhor Sum Mamede de Arrifana de Sousa", *Penha-Fidelis*, Penafiel, 1.º ano, n.º 4, 1927, pp. 62-65.

ARAMBURU-ZABALA, Miguel Ángel (dir.), *Juan de Herrera y su Influencia. Actas del Simposio*, Camargo, 14/17 de Julho de 1992.

ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando Malheiro da, *Inventário do Fundo Monástico Conventual*, Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, Braga, 1985.

BARBOSA, Pedro Gomes, "Quanto ao resto...A vacaria lá se mantém", *Felgueiras-Cidade*, Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras, Ano 2, n.º 5, 1994, pp. 50-51.

B., C., "A Senhora da Saúde", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 2, Penafiel, 1927, pp. 32-33.

BEÇA, Coriolano de Freitas, "Penafiel Hontem e Hoje", *O Penafidelense*, n.º 17, Penafiel, 7 de Agosto de 1945.

BESSA, Isabel T. D., "As Pinturas Maneiristas e Protobarrocas da igreja da Misericórdia de Penafiel", *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, Câmara Municipal de Penafiel, 3.ª série, n.º 6/7, Penafiel, 1991/92, pp. 3 - 49.

BESSA, Isabel M. T. D., *A Tardo-Renascença na Arquitectura do Vale do Sousa*, (Seminário de licenciatura policopiado), I. H. A. - Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, 1992.

BRANDÃO, Domingos de Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e Diocese do Porto. Documentação*, 3 vols., Liv. Telos Editores, Porto, 1984.

CARVALHO, Martim Teixeira de, *Escola de Penitencia. Chronica da Santa Provincia de Santo Antonio*, Lisboa Ocidental, 1740.

CASTRO, Anibal Pinto de, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do humanismo ao neoclassicismo*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1973.

- CASTRO, Domingos Leite de, "Memórias do Bustello", *Revista de Guimarães*, vol. XIII, n.º 3, Julho de 1896; vol. XIV, n.ºs 2 - 3, Abril e Julho de 1897, Porto, 1896 - 97, pp. 130 - 143 e 122 - 126.
- CASTRO, Marília João de, *Escultura e Escultores do Norte de Portugal*, dissert. de mestrado, Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, 1995.
- CEPÊDA, Augusto Abreu Lopes, *Misericórdia de Penafiel. A Igreja e uma Pintura Antigas*, Santa Casa da Misericórdia, Penafiel, 1990.
- COELHO, Manuel Ferreira, "O Concelho de Penafiel nas 'Memórias Paroquiais' de 1758", *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3.ª série, n.º 4/5, Penafiel, 1987/88, pp. 263-267.
- COELHO, Manuel Ferreira, "Paço de Sousa nas Memórias Paroquiais de 1758", *Confluência*, Círculo Cultural Penafidelense, n.º 1, Penafiel, 1984.
- Compilação dos estatutos de Santa Maria da Soledade da Ordem do N. P. S. Francisco*, Oficina Episcopal de Manuel Pedroso, Coimbra
- CORREIA, J. E. Horta, "Arquitectura — maneirismo e 'estilo chão'", *História da Arte em Portugal*, vol. VII, Alfa, Lisboa, pp. 93 - 135.
- CORREIA, J. E. Horta, *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, 1ª ed., Presença, Lisboa, 1991.
- CORREIA, J. E. Horta, "A importância dos Colégios Universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses", sep. do vol. 2º das *Actas do Congresso "História da Universidade"* (no 7º Cent. da sua Fundação), 5 a 9 de Março de 1990, Coimbra, 1991.
- CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca e, *História Antiga de Penafiel. Subsídios para uma Monografia Histórica do Concelho de Penafiel*, dissert. de licenciatura, Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, 1955, pp. 136-138.
- CUNHA, M.ª de Fátima V. P. dos Santos e, "Um manuscrito sobre a Misericórdia de Arrifana de Sousa", *Penafidel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, Câmara Municipal de Penafiel, 1930-32, pp. 57-58.
- D.G.E.M.N., "A Igreja de Paço de Sousa", *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 17, Setembro de 1939.
- DÍAS, A. J., "O Convento dos Capuchos de Penafiel", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 7, 1928, pp. 131-133.
- DÍAS, Geraldo Coelho, "Guia para uma visita a Pombeiro", *Felgueiras-Cidade*, Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras, Ano 2, n.º 5, 1994, p. 58.
- DÍAS, Geraldo Coelho, "O mosteiro de Pombeiro e os Beneditinos nas origens de Felgueiras", *Felgueiras-Cidade*, Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras, Ano 1, n.º 1, 1993, pp. 39-52.
- DÍAS, J. Sebastião da Silva, *A política cultural na época de D. João III*, vol. 1, Coimbra, 1969.
- DÍAS, Pedro, "Notas para o estudo do emprego das ordens clássicas nos claustros quinhentistas de Coimbra", *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*, Inst. Hist. da Arte — Fac. de Letras, Coimbra, 1988, pp. 153 - 183.
- DOMINGUES, Ernesto, "Barbosas, Azevedos e Beato Inácio", *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, Câmara Municipal de Penafiel, Penafiel, 2.ª série, n.º 2, 1973, pp. 18-19.
- ESPERANÇA, Manuel da, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na provincia de Portugal*, Lisboa, 1705.
- FELGUEIRAS, Fátima, "O órgão do mosteiro de Pombeiro no património português", *Felgueiras-Cidade*, Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras, ano 2, n.º 6, 1994, pp. 30-36.
- FERNANDES, José Manuel, *L'Architecture*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1991.
- FERNANDES, M. Antonino, *Felgueiras de ontem e de hoje*, Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras, 1989.
- FERREIRA, Simão Rodrigues (atrib.), "Apontamentos Históricos sobre Penafiel", *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, n.º 2/3, Penafiel, 1985/86, pp. 117-118
- GOMES, Paulo Varela, *A confissão de Cyrillo*, Hiena, Lisboa, 1992

GONÇALVES, Flávio, "A construção da Igreja de S. Miguel de Bustelo e a sua talha dourada", *O Comércio do Porto*, supl. "Cultura e Arte", 13 de Abril e 25 de Maio de 1965.

GONÇALVES, Flávio, *História da Arte, Iconografia e Crítica*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, s/d.

IPPAR, *Nota Justificativa. Mosteiro de Pombeiro - História. Projecto de reabilitação e valorização*, Lisboa, 1996.

IPPAR, *Património Classificado. Distrito do Porto*, 1993.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521 - 1706*, Vega, Lisboa, 1988.

L., "O julgado de Penafiel", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 9, 1928, pp. 171-173.

LACERDA, Silvestre de Almeida, "Notas para o estudo da documentação do mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa", *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3.ª série, n.º 6/7, Penafiel, 1991/92, pp. 115-124.

LEAL, A. S. A. Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário*, Vol. VI, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1874.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, "Bustelo e a Reforma Beneditina". *Revista de Ciências Históricas*, Univ. Portucalense, Porto, 2, 1987.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, *O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1671 e 1710-1822)*, Univ. Portucalense, Porto, 1991

MAIA, Fernanda Paula Sousa, "O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo à luz dos 'Estados' de Tibães, *Boletim Municipal de Cultura*, ed. Câmara Municipal de Penafiel, n.º 2/3, 3ª série, 1985/86, pp. 61 - 94.

MARÍAS, Fernando, *El largo siglo XVI*, Taurus, Madrid, 1990.

MARÍAS, Fernando, *La arquitecturadel Renacimiento en Toledo. 1541-1631*, tomo I, Toledo, 1983.

MATTOSO, José, "Documentos beneditinos da Torre do Tombo", *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

MATTOSO, José, "Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto", *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

MEIRELES, António de Assunção, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* (pref. de Alfredo Pimenta), Academia Portuguesa de História, 1942.

MEIRELES, António de Assunção, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro* (pref. de António Baião), Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1942.

MELO, Ernesto de, "Do nosso teatro", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 1, Penafiel, 1927, pp. 26-28.

MELO, Ernesto de, "Uma antiga contenda", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 8, 1928, pp. 143-147.

MIRANDA, Abílio, "A Igreja Matriz da Cidade de Penafiel", sep. de *O Penafidelense*, Penafiel, Janeiro de 1942.

MIRANDA, Abílio, "Boas obras", *O Penafidelense*, n.º 21, Penafiel, 13 de Outubro de 1959.

MIRANDA, Abílio, "História da Misericórdia de Penafiel", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 1, Penafiel, 1927, p. 40, e 1.º ano, n.º 5, 1928, pp. 85-89.

MIRANDA, Abílio, *História da Misericórdia de Penafiel*, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, Penafiel, 1987.

MIRANDA, Abílio, "História da Misericórdia de Penafiel. Testamento do Abade de Ermelo", *Penha - Fidelis*, 1.º ano, n.º 5, 1928, p. 89 e n.º 7, 1928, pp. 129-131 e n.º 10, 1929, pp. 201-202 e n.º 12, 1929, pp. 249-257.

MIRANDA, Abílio, "Mouros Cativos em Bustelo", *Penha-Fidelis*, 1º ano, n.º 2, 1927, p. 36.

MIRANDA, Abílio, "O Convento de Bustelo", *Penha-Fidelis*, 1º ano, n.º 10, 1929, pp. 203-204.

MIRANDA, Abílio, "O Convento de Bustelo (A)", *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 11, 1929, pp. 212-227.

MIRANDA, Abílio, "O Convento de Bustelo (Família Alcoforado)", *Penha-Fidelis*, 1º ano, n.º 12, 1929, pp. 294-295.

MONFORTE, Manuel de, *Chronica da Provincia da Piedade, primeira capucha de toda a Ordem*, 2.ª imp., Lisboa, 1751, p. 791-4.

MONTEIRO, Isilsa B. da Costa e MAIA, Fernanda Paula Sousa, "Estratégias de Gestão Patrimonial: o caso beneditino e jesuíta em dois Mosteiros no bispado do Porto na época moderna", *Polígrafia*, n.º 1, Centro de Estudos Domingos de Pinho Brandão, 1992, pp. 93-102.

MONTEIRO, Nunes, "Apontamentos Linguísticos (a propósito de Meneses e Bustelo)", *Penafidel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, 2.ª, n.ºs 4/5, 1966/1967, pp. 17-18.

MOREIRA, Rafael, "Arquitectura: Renascimento e Classicismo. O processo arquitectónico", *História da Arte Portuguesa*, 2.º vol., Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p. 303-364.

OLIVEIRA, Aurélio de, "A Ordem de S. Bento na promoção das terras de Entre Douro-e-Minho no Antigo Regime", sep. da *Revista de História da Universidade do Porto* (6, 1985), Porto, 1985.

OLIVEIRA, A. de Sousa, "Um passo da história portuguesa num capitel românico. O simbolismo do pórtico de Pombeiro", sep. de *Bracara Augusta*, Braga, 1964.

PANOFSKY, Erwin, *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental*, Presença, Lisboa, 1981.

PEREIRA, F. A. Baptista, *História da Arte Portuguesa. Época Moderna (1500-1600)*, Univ. Aberta, Lisboa, 1992.

PEREIRA, Paulo, "A conjuntura artística e as mudanças de gosto", *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), 1.ª ed., 3.º vol., Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

PEREIRA, Paulo, "A Traça como Único Princípio. Reflexão acerca da permanência do Gótico na Cultura Arquitectónica dos Séculos XVI e XVII", *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Vega, Lisboa, 1995, pp. 190-199.

PIMENTEL, Ângelo, "A propósito da capela de Santa Luzia", *Penafidel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura*, Penafiel, 2.ª série, n.º 3, 1965, pp. 37-38.

PINTO, Maria Luísa Carneiro, "Penafiel", *Penafidel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, 2.ª série, n.º 2, Penafiel, 1964, p. 7.

PROFUMO, Luciana Müller, *El Ornamento Icónico y La Arquitectura. 1400-1600*, Ed. Cátedra, Madrid, 1985.

R., A. M., "S. Martinho de Melhundos. Coisas, factos e pessoas de outras eras...", *Penafiel. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, n.º 2, 1973, pp. 40-50.

ROCHA, Moreira da, "Monges de S. Bento naturais de Penafiel de Sousa", *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*, Câmara Municipal de Penafiel, 2.ª série, n.º 1, 1963, pp. 15-21; n.º 2, 1964, pp. 9-16; n.º 3, 1965, pp. 19-34.

ROSA, José António Pinheiro e, "A igreja de Sto. António dos Capuchos de Faro", sep. de *Anais do Município de Faro*, Câmara Municipal de Faro, Faro, 1969.

RUÃO, Carlos, *Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*, Coimbra, 1996.

SENESE, Pietro Catanco, *L'architettura*, Livro V, Venetia, 1567.

SERLIO, Sebastiano, *Tutte l'opere d'architettura*, Venetia, 1619.

SILVA, J. H. Pais da, *Estudos sobre o Maneirismo*, 2.ª ed., Estampa, Lisboa, 1986.

SMITH, Robert, *S. Bento da Vitória do Porto à luz dos "Estados" de Tibães*, Porto, s/d.

SMITH, Robert, *A talha em Portugal*, Lisboa, 1962.

SOEIRO, Teresa, *Penafiel*, Editorial Presença, Lisboa, 1994.

SOROMENHO, Miguel, "Classicismo, Italianismo e Estilo Chão. O ciclo filipino", *História da Arte Portuguesa*, 2.º vol., Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p. 377-403.

SOUSA, D. Gabriel de, O.S.B., "Frei António da Assunção Meireles, beneditino cartorário da Congregação de S. Bento", *Confluência*, Círculo Cultural Penafidelense, n.º 3, Penafiel, 1987, pp. 35-45.

SOUSA, José João Rigaud de, "Sumário da história do mosteiro de Paço de Sousa", *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 2.ª série, Penafiel, 1981, pp. 83 e segs.

THOMAZ, Fr. Leão de S., *Benedictina Lusitana* (introd. e notas críticas de José Mattoso), vol. II, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974

VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, 2 vols., Rotary Club de Valença, Valença, 1986.



ÍNDICE GERAL

Nota Prévía	4
Parte I — Introdução	10
Parte II — Os Edifícios	22
1. A Implantação da Estética Clássica no Vale do Sousa	23
1.1 A igreja paroquial de S. Martinho de Penafiel	23
2. Exercícios Sintático-Morfológicos de Consolidação Arquitectónica	34
2.1 As obras do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro	34
2.2 O claustro monacal de Paço de Sousa	46
2.3 Igreja da Misericórdia de Penafiel	57
2.4 A Capela do Senhor do Hospital	80
2.5 O complexo conventual de S. Miguel de Bustelo	89
2.6 O convento de S. António dos Capuchos de Penafiel	104
2.7 O mosteiro de S. João de Alpendurada	113
2.8 Microarquitecturas seriais — as capelas valesousenses de linguagem clássica	126
Parte III — Conclusão	135
Material gráfico	141
Estudo Fotográfico	142
Bibliografia	143